

O QUE FOI A IDADE MÉDIA...

A Idade Média tem má fama.

Quantas vezes não ouvimos chamar de «pai feudal» a um pai tirânico? E quantas vezes não escutámos a expressão «isto parece a Idade Média» quando se faz referência a algo de retrógrado e rude? E quantas vezes apelidamos um costume bárbaro como uma coisa «medieval»?

De facto, a este largo período de mais ou menos mil anos, que vai da agonia do Império Romano até à Expansão europeia, estão associadas amiúde as pestes e a fome crónica, a falta de higiene e a imundície, o fanatismo religioso/inquisitorial e a ignorância, a rudeza e a rusticidade, a brutalidade e a guerra endémica, a incivilidade e a falta de maneiras, o obscurantismo e a repressão, a arrogância feudal e a mais abjeta servidão.

E, contudo, quantas vezes não sonhamos com cavaleiros de armadura reluzente pelejando em coloridos torneios pela ultrajada honra de suas damas? Quantas vezes não nos deliciamos com as lendas arturianas que nos falam de Távolas Redondas e de buscas pelo Santo Graal? Quantas vezes não nos embeicamos com o rico imaginário, ora pagão, ora cristão, desta era? Quantas vezes não sorrimos com os contos pícaros, líricos e brejeiros do *Decameron* ou dos *Contos de Cantuária*, que, aliás, Pasolini exemplarmente passou à tela? Isto para não falar da beleza das cantigas de amigo galaico-portuguesas, de que geralmente nos esquecemos por termos sido obrigados a estudá-las na escola. E quantos nunca se maravilharam com a austera altivez dos mais ou menos escalavrados castelos que cobrem a nossa paisagem ou com a grandiosidade e a ascese das catedrais góticas (quem não se recorda quando a Catedral de Notre-Dame de Paris ardeu)? E, já agora,

de onde virá o sucesso da série *A Guerra dos Tronos*, se não de uma mitificada memória medieva que persiste em quase todos nós?

Para a maioria, a Idade Média surge assim ora coberta de espessas sombras, ora banhada da mais brilhante luz; surge ora trazida por um fanático archote para queimar bruxas, ora pelo imaculado elmo de um galante cavaleiro. Isto é a Idade Média. Mas... será isto a Idade Média? A verdade, nisto como na vida, estará algures no meio.

Antes de mais, convém salientar que os cerca de mil anos da Idade Média são naturalmente heterogêneos, temporal e espacialmente. Por outras palavras, a Idade Média dos séculos VII ou VIII é diferente da dos séculos XI a XIII, e mesmo estes séculos são diversos dos séculos XIV a XV. Da mesma forma, a Idade Média portuguesa não é igual à francesa ou italiana, para já não falar da do norte ou do leste europeu.

Ao longo destes mil anos – ou mais – há constâncias, decerto, há permanências e também ruturas. Mas há, igualmente, muitos mitos. À Idade Média são assacados fenómenos que ela não gerou nem generalizou, pois muitos já existiam antes e sobretudo continuaram a existir depois. Assim, a época áurea das perseguições religiosas é, podemos dizê-lo, posterior, após a Inquisição se ter sedimentado durante a Contrarreforma (século XVI); foi aí que os autos de fé se generalizaram e que os processos inquisitoriais se maximizaram. Não esqueçamos, diga-se, a feroz repressão dos «hereges» cátaros nos séculos XIII e XIV, por exemplo. Mas não esqueçamos que a presença de minorias étnico-religiosas (mouros e judeus) em Portugal foi aceite e tolerada durante praticamente toda a medievalidade, já que o édito que os expulsou só foi promulgado em 1496. O fanatismo religioso nunca foi um exclusivo medieval, nem esta época foi pior que outras. E sobre as perseguições às mulheres acusadas de pactos com o demo e de bruxaria, essas mulheres vítimas de processos que seriam risíveis se não fossem trágicos e que foram queimadas na fogueira, basta dizer que em Portugal nunca se executou nenhuma bruxa – antes ou depois da Idade Média –, e que os mais famosos processos por bruxaria, lá fora, até foram as mais das vezes posteriores (o processo das Bruxas de Salem, nos EUA, por exemplo, é de finais do século XVII).

Foi época de dominância feudal e de um poder hoje considerado como abusivo por parte dos afamados senhores sobre os seus vassallos? Sim, época de feudalismo, decerto. E onde há poder, há abuso. Mas a relação feudal nunca se esgotou – ou se baseou – numa dialética relacional de mera submissão. Os direitos e deveres eram mútuos, uma mão lavava a outra, embora seja evidente que o poder de ambas as partes era desigual e que a existência de abusos por parte dos senhores existia, embora a sua generalização deva ser relativizada.

A este propósito, permitam-me contar uma história exemplar. Ainda hoje é corriqueira a ideia segundo a qual o senhor feudal tinha o direito de dormir com a noiva de um seu vassallo nas vésperas do casamento. Era o famoso direito de pernada ou *jus primae noctis* (direito de primeira noite). Sobre isto escreveram-se textos comoventes que narravam lacrimosas donzelas arrastadas para o tálamo senhorial, onde um baboso e decrépito nobre as aguardava esfregando as mãos nojentas; sobre isto fez Mozart uma das mais famosas óperas de sempre (*As Bodas de Fígaro*, 1786), fez Voltaire uma peça de teatro (*Le Droit du Seigneur*, 1762) e fez-se, mais recentemente, um famoso filme no qual este assunto era referido (*Braveheart*, 1995). Não é que o filme esteja ao nível da peça, e sobretudo da ópera, mas demonstra à saciedade a perenidade de um mito. E para se demonstrar que mais vale cair em graça do que ser engraçado, repare-se como a origem deste mito radica num facto que, na origem, tinha um intuito oposto ao da violação institucional de uma nubente. Segundo os mais abalizados historiadores que trataram deste tema, havia o costume, em algumas regiões da Europa, de o senhor feudal colocar a mão sobre o leito nupcial dos seus vassallos (ou na perna da cama, daí o direito de *pernada*), assim assegurando, com tal gesto, que estendia a sua proteção aos descendentes do casal. Enfim, o famoso *jus primae noctis* nunca existiu. As voltas que as coisas dão...

É ainda verdade que a Idade Média pouco deve à limpeza. Mas também é verdade que tal deve-se mais à falta de acesso à água corrente e canalizada que a um nojo geral pelo precioso líquido. Se se experimentar não ter água canalizada durante uns dias, tendo-lhe acesso apenas por uma fonte ou nascente que dista centenas de metros de nossa casa, ver-se-á que os nossos

hábitos de higiene serão negligenciados. Também neste caso as épocas posteriores não podem dar grandes lições, a começar pelos séculos XVII e XVIII, nos quais a proverbial falta de higiene já fez correr rios de tinta e quilómetros de película. E aí, sim, havia o nojo da água, considerada uma fonte de contaminação pelos melhores médicos. Os forasteiros não apelidavam a Lisboa do século XVIII de Formosa Estrebaria? Era assim em todo o país e, de resto, em todo o continente. A primeira medida que Napoleão tomou quando chegou à ilha de Elba, para onde foi exilado em 1814, foi semear a capital – Portoferraio – de fontes para dissipar o pivete crónico das ruas emporcalhadas. Estava-se em pleno século XIX...

É um facto que a medicina era rudimentar (e estamos a usar um simpático eufemismo). É verdade que os indicadores de saúde medievos nos arrepiam, mas é ainda verdade que tais indicadores são similares para o global das sociedades pré-industriais e que a ciência médica só no século XIX começou a ser alguma coisa de decente e eficaz. E quanto às fomes, por vezes sobrestimadas para este período, existiram de facto, sobretudo quando as colheitas eram fracas. Hoje, que se nos perdoe o moralismo, vivemos num mundo em que milhões passam fome enquanto muitos outros desperdiçam comida a esmo, e no qual se queimam alimentos para manter os seus preços. Na Idade Média havia fome generalizada quando nada havia para comer.

Enfim, os Quatro Cavaleiros do Apocalipse – Morte, Peste, Guerra e Fome – não foram nem uma criação nem um exclusivo medieval. Basta olhar à nossa volta.

A Idade Média é uma época materialmente árdua, decerto, uma época em que houve abusos, guerras e fanatismo, fomes e conflitos, perseguições e graves deficiências ao nível sanitário, médico e higiénico. Nada que não houvesse antes e não existisse depois. A lenda negra da Idade Média foi formulada posteriormente, alimentada por pensadores renascentistas e iluministas que, para enobrecer as suas ideias, para lustrarem a sua cultura e para se distanciarem de uma omnipresente e quase omnipotente Igreja, criticaram asperamente os tempos em que ela era dominante a todos os níveis – isto é, os tempos anteriores aos seus. Não há aqui um juízo de valor em relação aos renascentistas e aos iluministas,

a quem os nossos tempos tanto devem o que de melhor têm. Mas não nos deslumbremos com o que somos nem desprezemos os nossos antecessores da Idade Média. Eram gente como nós, com outra cosmovisão, outra vivência e com bem menos possibilidades e meios.

Aliás, o próprio termo «Idade Média» pressupõe um preconceito. «Médio» é o que está no meio, algures entre o que existiu antes (a brilhante Antiguidade Clássica) e o que surgiu depois (o ainda mais brilhante Renascimento, também este um termo nada isento de problemas). Nota: o mais antigo registo do termo Idade Média (*media tempestas*) data de 1469. Estava-se em pleno *quattrocento* renascentista.

Não nos alonguemos mais neste desmitificar da Idade Média, que nas linhas que se seguem talvez fique mais claro o que foi essa época. Passemos então à delimitação temporal do período que aqui nos traz. Quando começou e acabou a Idade Média? Por outras palavras, quando começa e acaba este livro?

Para responder a esta questão, convirá formular uma outra. O que foi a Idade Média? Podemos responder sumariamente dizendo que a Idade Média foi o período de tempo que mediou entre a decadência do Império Romano e o início da Expansão europeia. Esse largo período possui algumas características inerentes que, em maior ou menor grau, a preenchem, e abrangeu – também em maior ou menor grau – todo o continente:

- Uma acentuada ruralização da sociedade. A grande maioria da população vivia no campo e do campo, as mais das vezes em aldeias e em vilas, praticando uma agricultura de subsistência e uma economia correlata.
- Uma retração urbana consequente com o ponto anterior. A partir sobretudo do século III, verifica-se um abandono de grandes quantitativos populacionais das cidades do cada vez mais fragilizado Império Romano, cidades essas que vão minguando até se transformarem naquilo que Georges Duby, o prestigiado medievalista francês, apelida de «uma cidade, que é apenas, penetrado pela natureza rural, o esqueleto embranquecido duma cidade romana» (in *O Tempo das Catedrais*, 1.º capítulo).

- Uma retração do comércio e da circulação monetária, algo também consequente com os aspetos anteriores.
- Uma diminuição acentuada do poder central (normalmente de um rei), por força das dificuldades de comunicação e do isolamento, o que tornava as distâncias ainda maiores. Com o tempo, o monarca passou muitas vezes a ser mais um *primus inter pares* (primeiro entre iguais) que um senhor com plena autoridade sobre os outros.
- A emergência dos poderes locais, propiciados pela distância, quando não a ausência, do poder central. Esses poderes locais estavam nas mãos de senhores nobres ou eclesiásticos, que arvoravam tal poder devidamente mandatados pelo poder central, neles se depositando o exercício da autoridade nos territórios que governavam. Em troca da fidelidade dos senhores e como paga pela sua tarefa, o poder central concedia um feudo a esse senhor (normalmente terras) para sua posse e usufruto quase sempre hereditário. O sistema daqui decorrente ficou conhecido por feudalismo. Naturalmente, gerou alguns problemas ao poder central a longo prazo, já que muitos senhores feudais tendiam a assumir uma posição de gradual independência perante aquele.
- A existência de relações sociais e pessoais fortemente hierarquizadas e de teor vassálico. Os camponeses respondiam, as mais das vezes, perante o senhor feudal local, que, por sua vez, respondia (nem sempre com a fidelidade contratualizada) perante o senhor acima dele, normalmente o rei. Essas relações assumiam um forte pendor pessoal, que se mesclava com o pendor institucional. Entre suseranos e vassallos existiam obrigações fortemente regulamentadas. Os senhores feudais tinham de administrar os seus feudos e terras em nome do rei, devendo-lhe lealdade e apoio militar; os dependentes deviam aos senhores feudais submissão e estavam sujeitos a rendas em numerário e/ou, mais frequentemente, em géneros e serviços, tanto mais que frequentemente as terras que trabalhavam e das quais dependiam eram do senhor. Neste particular tiveram papel de realce as instituições religiosas, nomeadamente os mosteiros, que, para além de centros de fé e cultura, eram também verdadeiros centros

económicos, por via das amplas terras que possuíam e que arrendavam.

- Uma sociedade estratificada e hierarquizada, em que cada um tinha um lugar específico e determinado no todo social. Mais tarde popularizou-se a expressão «sociedade de ordens»: clero, nobreza e povo.
- Uma cosmovisão cristã, sob o domínio da Igreja, a instituição mais forte, coerente e organizada na Idade Média. A filosofia confundia-se com a teologia, e sempre de extração cristã, fosse a Patrística da Alta Idade Média (com Agostinho de Hipona, por exemplo), fosse a Escolástica da Baixa Idade Média (com Tomás de Aquino, por exemplo). Provinda do extinto Império Romano do Ocidente, a Igreja Cristã não só sobrevivera como se reforçara após a conversão dos reis bárbaros ao cristianismo, erigindo-se nos novos reinos que sucederam à desagregação do Império Ocidental como a instituição que controlava a cultura e o ensino, a assistência e a visão do mundo, os quotidianos, o pensamento erudito e popular e, em grande parte, as chancelarias e a administração, já que era ela que garantia os quadros técnicos e os teóricos. Esta cultura, onde o imaginário pagão foi subsistindo por entre os interstícios da doutrina oficial, teve o seu reflexo na arte, primeiro no românico dos séculos XI a XIII, depois no gótico dos séculos XII a XV, datas, aliás, muito pouco estanques, como se constata. De notar ainda que se a cultura erudita livresca estava nas mãos da Igreja, a cultura popular assentava em bases orais onde o imaginário, a lenda, o fantástico campeavam.

Todos estes fatores, aqui sumariamente apresentados, estão interligados, o que faz com que a sua separação seja abusiva e que a sua seriação o seja ainda mais. Para dificultar as coisas, estes fatores dificilmente se encontram homogeneamente em todo o continente, já que entre as várias regiões há diferenças, discrepâncias e descontinuidades, sendo aqui e ali mais acentuado este ou aquele fator, enquanto acolá são outros os fatores mais discerníveis.

É importante que se diga ainda que, dentro desta tipologia, não há uma, mas duas Idades Médias: a Alta Idade Média e a

Baixa Idade Média. A primeira vai desde a queda do Império Romano do Ocidente até às transformações do século XI; a segunda vai desde do século XI até ao dealbar da Expansão. Na primeira observamos com maior visibilidade os fatores acima arrolados, sobretudo a retração comercial e urbana, bem como a da existência de uma economia de subsistência. É ainda, e muito, um período de insegurança acentuada, decorrente das grandes invasões e/ou incursões ao Ocidente por parte de árabes a sul, de magiares a leste e de viquingues (ou normandos) um pouco por todo o lado.

Já a segunda, a Baixa Idade Média, assiste a um aumento da produção agrícola, a um crescimento demográfico, a um recrudescimento da produção e do comércio aliado a um renascer urbano. Assiste-se ao nascimento da burguesia, estabelecida nas cidades que agora vão crescendo, ao surgimento de novos hábitos culturais e sociais (a cultura cortesã), ao aparecimento do ensino universitário e das catedrais. Ao mesmo tempo, em vários locais, o poder régio enceta uma longa jornada – muitas vezes atribulada, intermitente e nem sempre pacífica – de progressiva centralização da autoridade, que culminará no Absolutismo dos séculos XVI a XVIII. Esta jornada irá também sedimentando lentamente o conceito de Estado-nação, culminando na formação das nações europeias, nas quais as fidelidades nacionais irão substituindo gradualmente as fidelidades pessoais.

Isto dito, resta-nos responder à anterior questão: que balizas temporais delimitam a Idade Média?

Uma divisão tradicional, hoje em desuso, estipulava o começo da Idade Média com a deposição do derradeiro imperador do Império Romano do Ocidente, a 4 de setembro de 476, às mãos de Odoacro (433-493), chefe hérulo e mercenário romano. Dentro da mesma lógica, o fim da Idade Média teria ocorrido em 29 de maio de 1453, com a queda de Constantinopla – capital do Império Romano do Oriente (Império Bizantino) – às mãos dos Otomanos. Bom, esta delimitação tradicional da Idade Média tem a vantagem da clareza e da simplicidade e a desvantagem da falta de rigor. A fazer fé nesta delimitação, é caso para perguntar se na véspera da deposição de Rómulo Augusto ou se no dia seguinte à conquista de Constantinopla já as características que marcavam a

Idade Média ainda não existiam ou já haviam desaparecido. É como se se perguntasse a um leitor em que dia exato começou a sua adolescência... e em que dia certo terminou.

Por isso, embora menos claro, podemos dizer que aquelas características constitutivas da Idade Média começaram a forjar-se no século III, quando o Império Romano iniciou o seu longo processo de agonia, terminando lentamente ao longo do século XV e sobretudo no século XVI, dependendo das regiões e das nações. Menos claro? Decerto. Mas mais rigoroso. Claro que no nosso caso optámos por estudar e descrever a nossa Idade Média desde a fundação da nacionalidade até ao início do século XVI.